**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO CAMPO**: **Contextos Educacionais na Amazônia, Desafios Vivenciados.**

Resumo:

O trabalho objetiva refletir sobre a educação no campo, fazendo referência aos contextos educacionais no território amazônico e aos desafios vivenciados para o acesso à educação, especificamente em uma comunidade ribeirinha da zona rural de um município do nordeste do estado do Pará. A avaliação da educação no Brasil tem demonstrado alguns avanços no que diz respeito à luta por uma educação de qualidade e às conquistas na estruturação educacional. A pesquisa, por sua vez, expõe dados que indicam que a educação no campo, de modo geral, ainda enfrenta dificuldades e precariedades. Assim, é necessário superar diversas barreiras para alcançar um nível digno de ensino.

**Palavras-chave:** Educação no campo; Território Amazônico; Desafios vivenciados.

1. INTRODUÇÃO

 A presente pesquisa ocorreu por intermédio e interação de discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDoC), com ênfase em Ciências Naturais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Abaetetuba-PA. Os alunos desenvolveram demandas correspondentes à implementação da disciplina **Prática Pedagógica VI**, que esteve direcionada à seguinte ementa: "Eixo temático Pesquisa-Ação, Trabalho e Desenvolvimento Local. Construção do projeto de ação participativa. Docência e a gestão dos processos educacionais, comunitários e produtivos do campo." (Plano de ensino, UFPA). Essa abordagem permitiu concentrar ações de pesquisa e articulações voltadas para a descoberta e compreensão dos desenvolvimentos sociais e educacional em determinados ambientes comunitários.

A pesquisa foi realizada em uma comunidade ribeirinha localizada na zona rural de um município do nordeste do estado do Pará, escolhida pelos alunos para a execução dos parâmetros de desenvolvimento da disciplina mencionada. Durante esse processo, abordou-se o eixo temático referente ao desenvolvimento e à avaliação da educação no campo e suas ramificações funcionais, destacando os processos educacionais e desafios vivenciados.

A metodologia utilizada foi a **Pesquisa-Ação**, que se mostrou eficaz para os propósitos da pesquisa. Essa abordagem possibilita ao pesquisador uma interação coletiva e participativa com os sujeitos estudados. Segundo Gonçalves:

[...]seu potencial dialético, necessário aos processos dialógicos de construção de conhecimentos nos coletivos humanos, a PA tem, na sua essência, a participação ativa dos sujeitos envolvidos, amparados na prática colaborativa, favorecedora da reflexão e crítica sobre os seus contextos vividos. [...] (Gonçalves, P. 71, 2023).

 Adotando o mesmo método de pesquisa, foi possível alcançar um bom desenvolvimento na busca por conhecimento sobre o funcionamento educacional da comunidade.

Além dos parâmetros da Pesquisa-Ação, direcionados às atividades na comunidade, o trabalho está interligado a uma abordagem qualitativa, o que permitiu expor uma visão ampla e avaliativa dos contextos explorados.

Um dos instrumentos criados e utilizados para realizar um levantamento mais completo sobre a condição atual da educação na localidade foi o **Diagnóstico Rural Participativo (DRP)**, contendo questões diretamente ligadas ao eixo temático. Esse instrumento teve fundamental importância, pois possibilitou o aprimoramento da pesquisa a partir dos levantamentos de dados informativos relatados pelo público-alvo. Esses relatos contribuíram para a compreensão das realidades da vida educacional comunitária dos povos tradicionais.

1. METODOLOGIA

Referente ao caminho metodológico utilizado pelos autores na elaboração do trabalho, este se atrela a uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo foi avaliar a estrutura da educação ofertada na comunidade ribeirinha pesquisada.

A utilização e aplicação de formulários contribuiu para dar maior ênfase à coleta de informações adquiridas ao longo do processo de execução do conteúdo, permitindo um levantamento de dados sobre os contextos educacionais da comunidade.

Esse instrumento, juntamente com outros, como materiais didáticos, termos de consentimento e esclarecimento de responsabilidades, emergiu a partir de diálogos formativos e informativos. Tais recursos tiveram finalidade avaliativa, visando consolidar as ferramentas utilizadas no processo de entrevistas e em outros meios aplicados.

Inicialmente, foram realizadas discussões teóricas até a definição dos instrumentos que seriam aplicados em campo pelos discentes do curso de Educação do Campo, com ênfase em Ciências Naturais.

O formulário aplicado na comunidade foi composto por 13 (treze) questões indagativas, relacionadas ao eixo temático da educação, cuja elaboração seguiu os princípios do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Esse método permite uma interação direta para descobrir e criar concepções sobre o funcionamento local de comunidades rurais (VERDEJO, 2010).

As indagações que compuseram o instrumento citado caracterizaram-se por perguntas abertas e fechadas, além de **Perguntas de Múltipla Escolha – com Mostruário**, que, segundo Junior (2023), apresentam as seguintes significâncias:

**Perguntas Abertas**: Permite emitir opinião e responder livremente, em texto corrido. Dificulta a tabulação e mensuração de resultados por parte do pesquisador, mas permite uma ampla análise e coleta de informações mais precisas.

**Perguntas Fechada**: São perguntas que apresentam opções fixas de resposta. Dicotômicas são opções de perguntas que apresentam apenas duas respostas possíveis, geralmente o antônimo.

**Perguntas de Múltipla Escolha – com Mostruário**: São perguntas fechadas que sugerem opções de respostas, podendo assinalar uma ou várias opções. Deve-se explicitar quando o respondente pode optar por uma ou mais respostas. (Junior., P. 198., 2023).

Assim, foi possível elaborar indagações a serem aplicadas junto ao público-alvo, que incluiu jovens, adultos, idosos, agentes comunitários e lideranças da comunidade.

 Utilizou-se o método de entrevista para o preenchimento do formulário, os entrevistados foram selecionados segundo suas atuações funcionais dentro da comunidade. Entre eles estavam: agentes comunitários de saúde (ACS), mulheres diretamente envolvidas nos movimentos sociais da comunidade, coordenadores de igrejas católicas, pastores de igrejas evangélicas, egressos do curso de Educação do Campo (LEDoC) e outros/as moradores da comunidade.

 No texto, os sujeitos participantes da pesquisa não são identificados por seus respectivos nomes, mas recebem identificações correspondentes a letras maiúsculas, seguindo a ordem das entrevistas realizadas.

1. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em meio ao processo de levantamento de informações e à exploração dos acontecimentos relacionados à execução das atividades no contexto da disciplina **Práticas Pedagógicas VI**, foi possível expressar e mensurar o processo de habitação na comunidade ribeirinha situada no nordeste paraense. Esse aspecto fez parte do requisito avaliativo voltado aos apontamentos críticos existentes no contexto educacional do ambiente camponês.

O público participante da pesquisa totalizou 16 (dezesseis) entrevistados, todos pertencentes a famílias ribeirinhas.

De acordo com as leis brasileiras, a faixa etária dos entrevistados/as variou entre jovens e idosos. De modo que afirma a Lei 12.852/2013, que define e estabelece como jovens as pessoas com idades correspondentes a 15 a 29 anos. De um outro respectivo dado legal, a Lei 10.741/2003, legaliza e considera as pessoas idosas com idade igual ou acima de 60 anos. Dados esses que escabecem tais apontamentos sobre dados concretos de idades do público pesquisado.

A pessoa mais jovem, identificada como I, relatou ter 29 anos de idade. Enquanto a mais idosa, identificada como H, afirmou ter 86 anos. A média de idade entre os 16 (dezesseis) entrevistados/as foi de 51 anos.

A pesquisa também possibilitou o levantamento de dados referentes à questão de gênero. Oito (8) pessoas se identificaram como do sexo feminino, enquanto os outros oito (8) indivíduos se identificaram como do sexo masculino.

Ao analisar o conjunto dos dados coletados sobre o público entrevistado, constatou-se que a pessoa que reside há menos tempo na comunidade ribeirinha é o informante J, com apenas 8 (oito) anos de moradia na localidade. Por outro lado, dentre os entrevistados, aquela que reside há mais tempo é a participante H, com mais de 86 anos de vivência na comunidade, demonstrando amplo conhecimento histórico e relevante sobre sua comunidade.

Em um levantamento sobre as questões econômicas e culturais da comunidade, foi realizada a seguinte indagação: "Quais as principais atividades de geração de renda da sua família?". Dos entrevistados/as, 93,75% afirmaram que sua principal fonte de renda é o trabalho com a produção do açaí, fruto amplamente presente na Amazônia, especialmente no estado do Pará. Esse dado evidencia que a comunidade se estrutura a partir da agricultura familiar, caracterizando um modelo econômico bem desenvolvido. Ou seja, segundo os entrevistados/as, a sustentabilidade familiar é estável, pois os moradores dependem diretamente de sua própria produção, que é inteiramente sustentável.

Com um estudo bibliográfico analítico, o autor Silva, afirma que [...]A aplicação e o fomento de recursos voltados para a produção e comercialização de alimentação escolar, por exemplo, permitiram promover o escoamento dos produtos oriundos de agricultores familiares, trazendo como benefícios geração de renda aos agricultores [...] (SILVA., P., 9. 2021). Os mesmos agricultores e agricultoras que fazem parte desse contexto, tendo interação e acesso a projetos federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído em 2009, se oportunizam a desfrutar de mecanismos econômicos sustentáveis. O PNAE tem como objetivo a comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar, fortalecendo a economia dos pequenos produtores e garantindo a sustentabilidade da produção agrícola.

Em um levantamento mais aprofundado sobre a dificuldade de engajamento da juventude no trabalho assalariado, 5 (cinco) entrevistados/as relataram que a falta de acesso à educação ou formação representa um grande obstáculo, correspondendo a 31,25% dos participantes. Outros 5 (cinco) apontaram a escassez de oportunidades no mercado de trabalho como o principal desafio para os jovens da comunidade. Entre as diversas perspectivas, 1 (uma) pessoa, identificada como J, afirmou que a necessidade de buscar formação fora da comunidade prejudica o engajamento dos jovens no trabalho assalariado. Por outro lado, 2 (dois) entrevistados/as, H e M, optaram por não responder à questão sobre possíveis dificuldades.

 A partir da questão 17 (dezessete) do formulário, que tem como eixo temático a educação na comunidade, os discentes puderam conhecer, de maneira mais aprofundada, como está sendo ofertado o ensino básico na região. Pelas respostas obtidas por meio do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), identificou-se que 100% dos entrevistados afirmaram que existe uma escola localizada na comunidade ribeirinha, que está em funcionamento e é vinculada ao município, sendo este responsável por sua manutenção. Os níveis de ensino básico oferecidos pela instituição são, respectivamente: Ensino Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e o Ensino Fundamental - anos finais.

Ao avaliar a existência e a implementação de turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), regularizada pela Lei Nº 9.394/1996 e exercida no contexto educacional conforme o Art. 37, constatou-se que essa modalidade tem como objetivo principal ofertar níveis de ensino básico para jovens e adultos, promovendo oportunidades educacionais significativas. Além disso, o EJA possibilita a conclusão dos estudos e incentiva a inclusão social de pessoas que não puderam conciliar o aprendizado na idade regular (Brasil, 1996).

Dos entrevistados/as, 12 (doze) afirmaram que há uma turma de EJA na localidade, enquanto 4 (quatro) disseram não ter conhecimento sobre sua existência.

Por meio de informações mais aprofundadas, verificou-se que existe, de fato, uma turma de EJA em funcionamento na comunidade. No entanto, a inconsistência das respostas demonstra que ainda há falta de informação entre os moradores sobre essa modalidade de ensino, que é de extrema importância para a população em geral.

Ao abordar a opinião dos 16 (dezesseis) entrevistados/as sobre a educação na comunidade, 15 (quinze) responderam à indagação. Entre as respostas, 1 (uma) entrevistada, identificada como A, avaliou a educação como "boa" de maneira geral. No entanto, destacou a necessidade de melhorias no transporte escolar, enfatizando o uso de embarcações motorizadas em comunidades ribeirinhas. A mesma mencionou que alguns barcos estão em péssimas condições, não conseguindo atender adequadamente às demandas das crianças, que necessitam de um transporte seguro nos rios da Amazônia paraense. Além disso, ressaltou a existência de turmas multisseriadas, que levam à superlotação das salas de aula e prejudicam o processo de ensino-aprendizagem.

A resposta de 5 (cinco) entrevistados/as indicou que a educação na comunidade funciona de maneira parcial ou regular, atendendo apenas os requisitos básicos. Um dos participantes, E, relatou: "Regular. Pois, tem barqueiros, professores. Mas às vezes falta merenda para os alunos/as."

Quanto à situação física da escola, 2 (duas) pessoas, identificadas como C e L, classificou a estrutura como precária, apontando-a como um aspecto negativo que necessita de melhorias urgentes. Outro entrevistado, O, descreveu a educação na comunidade como regular, afirmando que poderia ser aprimorada, mas sem aprofundar sua resposta.

Além disso, 3 (três) participantes destacaram a falta de merenda escolar como um fator que prejudica o desenvolvimento das atividades escolares e afeta os alunos.

No contexto das respostas individuais, 1 (uma) informante, M, apontou que a educação precisa melhorar em diversos aspectos, especialmente na qualificação dos professores. Segundo sua visão, a falta de capacitação docente representa um dos desafios mais críticos. Por outro lado, apenas 1 (uma) pessoa considerou que a educação ofertada na comunidade é boa.

Cabe ressaltar que, do total de entrevistados/as, 1 (uma) participante disse não ter conhecimento sobre o assunto. Dessa forma, as respostas dos informantes refletem a realidade e os desafios vivenciados na educação da comunidade ribeirinha, evidenciando um cenário de precarização.

Relacionado às principais problemáticas voltadas para a educação, os 16 (dezesseis) entrevistados/as identificaram desafios com base em suas próprias análises pessoais. Algumas respostas foram semelhantes, permitindo que fossem agrupadas nas seguintes categorias: falta de barqueiros, turmas multisseriadas, ausência de merenda escolar, estrutura precária da escola, escassez de professores e funcionários, comodismo dos pais e problemas na gestão escolar.

Após a finalização da sistematização dos dados coletados, identificamos precariedades na educação ofertada na comunidade rural. A pesquisa proporcionou um olhar crítico e uma reflexão sobre a realidade das escolas do campo. Contudo, [...] a educação básica para a população do campo se apresenta como um desafio quando se trata da necessidade de melhorias [...] e na qualidade do ensino ofertado, (FRANÇA, P. 8, 2021).

Assim, torna-se necessário implementar políticas de melhoria para as escolas do campo, abrangendo transporte escolar de qualidade, melhores condições dos materiais didáticos e aprimoramento da infraestrutura escolar (FRANÇA, p. 8 2021). Dessa forma, os pontos de precarização expostos na sistematização dos dados coletados convergem com o que a autora destaca como melhorias essenciais na educação ofertada, possibilitando um ensino que realmente atenda às necessidades básicas da população.

A intervenção e a mobilização dos povos do campo, juntamente com movimentos sociais que lutam por uma educação mais justa, representam uma estratégia efetiva na busca por melhorias no ensino rural. Esse engajamento visa garantir que a educação atenda dignamente às necessidades da população do campo.

Ao longo da história, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na conquista de direitos voltados à população rural, especialmente no contexto educacional. Nesse cenário de lutas e conquistas, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre o qual Sousa afirma que:

À nossa compreensão de que a Educação do Campo emerge das experiências educativas do MST, das lutas por formação de professores e organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas, da formação político-pedagógica centrada no fortalecimento da identidade da classe trabalhadora e, especialmente, das demandas por políticas públicas de acesso aos estudos da Educação Básica, passando pela Superior até a pós-graduação, bem como pela continuidade desses estudos. A Educação do Campo é a materialização das lutas dos movimentos sociais do campo, em especial do MST, na forma de políticas educacionais (Sousa P. 2. 2020).

Torna-se visível a importância dos movimentos sociais e os avanços alcançados no processo histórico de conquistas por melhorias na educação. Desde o início, a voz do povo tem sido o fator essencial que impulsiona a luta por políticas públicas voltadas para a garantia de um ensino mais justo e inclusivo.

Um outro exemplo é a implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 como resultado das reivindicações dos movimentos sociais por uma educação de qualidade. O PRONERA tem como objetivo oportunizar variados níveis de ensino, garantindo sua implementação pelo Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que estabelece a ampliação e qualificação da oferta de educação básica aos povos do campo (Brasil, 2010).

Os movimentos sociais desempenham um papel de extrema relevância na luta por melhorias na educação voltada para os povos das águas e das florestas.

Ainda nesse contexto, segundo Sousa (2020), o conceito de Educação do Campo tem como componente identitário o protagonismo dos trabalhadores rurais e dos coletivos que os representam, além da defesa de um projeto societário alternativo. Assim, o autor enfatiza que a Educação do Campo se fortalece a partir do engajamento e da luta dos trabalhadores.

Contudo, é necessário refletir: qual será o futuro da educação ofertada no campo? A resposta ainda é incerta. No entanto, sabemos que as lutas e reivindicações dos movimentos sociais têm sido essenciais na busca por melhorias na infraestrutura das escolas rurais, na oferta de merenda escolar de qualidade e no transporte escolar adequado. O campo, diverso e cheio de desafios, demanda um olhar sensível por parte dos governantes políticos, para que as necessidades educacionais da população sejam atendidas de maneira digna e justa.

1. CONCLUSÃO

Ao concluir o processo de estudo, considerando o levantamento de dados informativos realizados ao longo da pesquisa, buscamos analisar, por meio das respostas e visões dos moradores, a qualidade da educação ofertada na comunidade ribeirinha situada no nordeste do estado do Pará.

Os dados evidenciaram que ainda é necessário romper muitas barreiras para garantir uma educação digna no campo, permitindo que ela cumpra seu papel fundamental de formação dos sujeitos. Para que essa transformação ocorra, torna-se indispensável a luta por dignidade e justiça do povo que vive no chão da Amazônia.

A organização, mobilização e união dos povos tradicionais são fundamentais para a conquista de melhorias na formação educacional, garantindo que os indivíduos do campo tenham acesso a um ensino que respeite suas realidades e contribua para o desenvolvimento de suas comunidades.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei 9.394 de dezembro de 1996.Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Presidência da República. 20 de dez. De 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 12/04/2025.

BRASIL, LEI N° 7. 352, de novembro de 2010. Dispõe sobre política de educação do campo e o programa nacional de educação na reforma agrária-PRONERA. Brasília. Presidência da República. 4 de nov. De 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 11/04/2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília. Presidência da República. 16 de jun. de 2009. Disponível em: [https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11947](https://www.lexml.gov.br/urn/urn%3Alex%3Abr%3Afederal%3Alei%3A2009;11947) Acesso em: 02/04/2025.

# BRASIL. **Lei nº 12.852, de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília. Presidência da República. 5 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em: 05/05/2025.

BRASIL. Lei nº 10.741 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.    [(Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art1). Brasília. Presidência da República. 1o de outubro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm> Acesso em: 05/05/2025.

DA SILVA, L. F. MALTEZ, M. A. P. F *et al*. **Sustentabilidade, agricultura familiar e políticas públicas no Brasil**: Uma revisão de literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** (Research, Society and Development), *[S. l.]*, Ed. CDRR Editors/SP. V. 10, n. 4, p. e42310414220-e42310414220, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14220/12709> Acesso em: 02/04/2025.

FRANÇA, D. D. M. **Escolarização básica no Brasil**: evolução, permanência e contrastes entre a população rural e urbana. Campina Grande-UFCG. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, V. 6, P. 1-28, 2021. disponível em: [Vista do Escolarização básica no Brasil: evoluções, permanências e contrastes entre a população rural e urbana](https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/8998/18546). Acesso em: 27/03/2025.

GONÇALVES E. N. C. COMPIANI M. **PESQUISA-AÇÃO**: Constructos Formativos Para o Fazer Docente. (Org.). Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciência. Ponta Grossa – Paraná – Brasil. V. 3, 2. Ed. DOI:10.22533/at.ed.790232604 **Editora Atena**. 2023.

JÚNIOR, C, A, O., M. BATISTA, M, C. Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciência. Ponta Grossa – Paraná – Brasil. V. 3, 2. Ed. DOI:10.22533/at.ed.790232604 **Editora Atena**. 2023. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/metodologia-da-pesquisa-em-educacao-e-ensino-de-ciencias> Acesso em: 02/04/2025.

SOUSA, M, A. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. Paraná. **Educação em Revista.** V. 36, P. 1-22. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/363HrbqmcT5KzQqJBGTBGtb/?format=html>. Acesso em: 11/04/2025.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Ed. Palácio do Desenvolvimento – Brasília/DF **Editora MDA. V**, 3. P. 3-64. 2010. Disponível em: <https://www.projetovidanocampo.com.br/downloads/diagnostico_rural_participativo.pdf>. Acesso em: 12/03/2025.